

SINDI JUDICIÁRIO

SINDICATO DOS SERVIDORES DO
PODER JUDICIÁRIO NO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

IMPRESSO

**Impresso
Especial**

9912205911 - DR/ES
Sidjudiciário

CORREIOS

Informativo do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário no Estado do Espírito Santo - Ano XIV - Nº 57 - Jan/Fev de 2014



COORDENADORA FALA SOBRE A CENTRAL DE APOIO MULTIDISCIPLINAR

Criada recentemente pela Administração do Tribunal de Justiça, a Central de Apoio Multidisciplinar do TJES trabalha com o auxílio de vários profissionais para auxiliar os magistrados a tomarem decisões em processos de várias Varas do Judiciário capixaba. A coordenadora do Fórum de Assistentes Sociais e Psicólogos do TJES, Ivy Campanha de Araújo fala um pouco sobre o funcionamento da central e problemas enfrentados. (Págs. 08 e 09)

SINDICATO PARTICIPA DE ATO PÚBLICO

No dia 26/02/14 o Sindjudiciário participou, juntamente com vários Sindicatos do Estado, do Manifesto pela Valorização do Serviço Público, um bloco de carnaval que saiu no Sambão do Povo, em Vitória, em protesto contra condições de trabalho e de salário enfrentadas pelos servidores públicos. (Pág. 12)



Advogado escreve livro
sobre Assédio Moral

Pág. 03

Sindicato visita comarcas
do Interior

Págs. 06 e 07

Aposentados participam de
reunião promovida pelo Sindicato

Pág. 11

EDITORIAL

A partir desse mês o jornal do Sindijudiciário chega com algumas novidades. Traçamos a coluna "Gente que faz", onde entrevistamos um sindicalizado que se destaque por ter alguma habilidade especial ou saiba fazer algo de incomum. Conversamos então com o Oficial de Justiça aposentado, Aylton Borges, de 82 anos, que desde muito jovem é músico e toca bandlelim. Há ainda a coluna "Fala Servidor", onde um servidor sindicalizado escolhe um tema e escreve um artigo para nosso informativo. Estamos ainda fazendo a enquete: qual nome você daria para o Jornal do Sindicato?

Para informá-los sobre um tema recorrente, entrevistamos o advogado Alexandre Pandolpho Minassa, que fala sobre Assédio Moral. Ainda em entrevistas, conversamos com a Coordenadora do Fórum de Assistentes Sociais e Psicólogos do TJES, Ivy Campanha de Araújo, que explica um pouco sobre a Central de Apoio Multidisciplinar, suas vantagens e dificuldades enfrentadas.

De dezembro de 2013 até o mês corrente, o Sindijudiciário esteve em várias comarcas levando informações, esclarecendo dúvidas dos servidores, verificando condições de trabalho e realizando campanha de

sindicalização, nesse jornal mostramos como foram essas viagens e a receptividade dos trabalhadores.

Há ainda a coluna "Notícias da Jurídico", que traz informações sobre fundo de previdência, aposentadoria por invalidez.

O Sindijudiciário realizou uma reunião com os aposentados no Auditório da Corregedoria Geral de Justiça. Nessa edição saberemos quais foram os pontos que os aposentados e pensionistas querem que sejam "atacados" pelo Sindicato.

Ainda em fevereiro, o Sindijudiciário participou de um ato pela valorização do Serviço Público, realizado em parceria com vários Sindicatos, nas ruas de Vitória.

Para finalizar, um mês após denunciarmos a violência crescente contra servidores do Judiciário no Estado, verificamos que a situação ainda não se resolveu. Uma Oficial de Justiça foi recebida à bala quando chegava para entregar intimações em um bairro de Vila Velha. Leia mais nessa edição.

O nosso jornal trará ainda muitas mudanças. Elas serão graduais. Contamos com a participação de todos. Boa leitura!!!

*Wanderley José do Carmo
Diretor de Comunicação,
Imprensa e Divulgação*

ENQUETE:

Caro colega, após várias edições do nosso jornal, constatamos que o mesmo não tem nome. Por isso, estamos solicitando que você ajude a construir um jornal com a cara do servidor. Para tanto, começaremos lançando a enquete: Qual nome você daria para o jornal do Sindijudiciário? As sugestões deverão ser enviadas para o e-mail: imprensa.sindjud@gmail.com.

HOME OFFICE

SERVIDOR DO TJ-SP PODE TER PARTE DO EXPEDIENTE EM CASA

O novo Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, o desembargador José Renato Nalini, ao tomar posse anunciou que os servidores do Judiciário paulista poderão trabalhar dois dos cinco dias da semana em casa.

"Os 55 mil funcionários não precisam ter bola de ferro amarrada no pé para fazer cumprir rigorosamente o horário e estar todos conjuntamente em espaços nem sempre tão confortáveis. Nós precisamos pensar em produtividade", disse Nalini.

Segundo o desembargador, "hoje trabalhamos com a internet e é muito fácil mandar tarefas. Não é porque ele (servidor do Judiciário) vai ficar em casa que vai deixar de produzir, ao contrário, vai economizar o tempo do deslocamento, a necessidade de se vestir adequadamente para vir ao tribunal."

"vai ser uma contribuição para a política de mobilidade urbana que está tão caótica em São Paulo", completou Nalini.

A medida poderá oficializar para os servidores uma prática comum entre um grande número de juízes: a de não comparecer às unidades do Judiciário às segundas e sextas-feiras sob o argumento de que esses dias são usados para estudar os processos e redigir as decisões judiciais em suas casas.

ASSOCIAÇÃO

Para o presidente da Assojuris (Associação dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de São Paulo), Carlos Alberto Marcos, a medida poderá "otimizar tarefas e resultar em uma economia financeira e de espaços físicos".

Especialistas em recursos humanos apontam que a economia do tempo usado para chegar aos locais tradicionais de trabalho e a adoção de horários flexíveis para execução das tarefas pode permitir uma maior produtividade, mas também alertam para os riscos do sistema "home office".

A diminuição do tempo de convívio e comunicação com os colegas pode levar à perda de oportunidades para criação de soluções novas e discussão de questões profissionais, segundo estudiosos.

Outro problema é que trabalhadores com pouca disciplina pessoal tendem a cometer abusos e deixar de lado o comprometimento com as tarefas profissionais.

textos extraídos do site www1.folha.uol.com.br, dia 03/01/2014

ADVOGADO ESCREVE SOBRE ASSÉDIO MORAL

O advogado Alexandre Pandolpho Minassa, escreveu o livro *Assédio Moral no âmbito do Serviço Público*. Alexandre é graduado em Direito pela Universidade de Vila Velha – ES (UVV); Pós-Graduado em Direito Processual Civil pelo Instituto de Ensino Superior Abreu Júdice/ Universidade de São Carlos (SP); Pós-Graduado e Mestre em Direito Administrativo, Direito Constitucional e Direitos Fundamentais pela Faculdade de Direito de Lisboa. O advogado também foi professor titular nas disciplinas Ética Geral e Profissional – Direito Administrativo na Universidade de Vila Velha – ES (UVV) e ainda é ex-membro do Egrégio Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Estado do Espírito Santo.



*"Há pessoas que sofrem assédio e não sabem...
...caem em depressão,
fogem do convívio social..."*

Como nasceu a necessidade de escrever sobre Assédio Moral? Da curiosidade através de um estudo de mestrado que fiz entre os anos de 2002 e 2009, na Faculdade de Direito de Lisboa, em Portugal. Percebi que o fenômeno assédio moral no serviço público dispunha de pouca obra literária no mundo. Por isso, decidi dissertar sobre o tema.

Como se perceber? De que forma se dá o assédio? O assédio em si é um fenômeno extremamente ingrato. O assédio moral é um fenômeno que ocorre de forma muito sutil e de modo repetitivo, até porque, o objetivo de quem comete o assédio é abalar o psíquico do assediado, perseguir e causar um verdadeiro psicoterrorismo no ambiente do trabalho. É um fenômeno que se caracteriza de forma contínua, sutil e repetidamente. Há um parâmetro temporal para se caracterizar o assédio de no mínimo seis meses. Eu discordo quanto a esse parâmetro porque pode-se em até menos tempo causar uma desestabilização na pessoa, e que possa ser um fator gerador de assédio.

Como é possível combater e denunciar o Assédio Moral? O combate é através de medidas preventivas. Quem se sente assediado deve denunciar. Nem toda situação é fator gerador de assédio moral. Por exemplo, às vezes você tem um superior que de forma moderada, exige o

cumprimento de determinado serviço de uma forma mais assertiva, mas sem que haja uma ofensa à integridade, e poder ser até uma medida isolada, isso não é fator caracterizador de assédio. A denúncia tem que partir do assediado, e também às vezes a pessoa sofre esse tipo de mal, sem saber que está sofrendo. Há pessoas que sofrem assédio e não sabem. Há pessoas que caem em depressão, fogem do convívio social, familiar, se entregam às drogas, às bebidas e, há casos de suicídio. O ponto principal é denunciar, por exemplo ao seu sindicato de classe, ao Ministério Público, ao próprio superior hierárquico, se dirigir a ele por escrito, denunciando para que ele pare imediatamente de assediar sob pena de serem tomadas medidas cabíveis. Denunciar ao "superior" desse superior. E guardar elementos para que se possam futuramente tomar medidas cabíveis. Outro bom elemento é o laudo médico que comprove o nexo entre o assédio e o problema de saúde que a pessoa esteja sofrendo.

É possível evitar ou prevenir o Assédio Moral? Evitar é algo extremamente difícil. Prevenir, não tem a menor dúvida, há uma possibilidade sim. Por que no momento em que você faz algum tipo de denúncia ao próprio sindicato, de que você está sofrendo essa opressão no ambiente de trabalho, escreve, faz uma carta registrada, denunciando ao próprio agente assediador, de que você está sofrendo o assédio, pessoas que estão ao redor podem servir como testemunhas. É uma medida extremamente salutar, o Sindicato ministrar palestras para os servidores para conscientizá-los a respeito dessa situação, chamar o Ministério Público para participar e promover palestras preventivas. É importante no sentido de minimizar.

Quais as formas de Assédio Moral? As características que ensejam o Assédio Moral, temos por exemplo, o assédio

verticalizado, que é também chamado de descendente, que ocorre do superior hierárquico em face de um subordinado. É a concepção do mais forte perseguir o mais fraco. Também ocorre na iniciativa privada. Existe o assédio misto. É quando o superior hierárquico juntamente com os colegas do assediado praticam o assédio moral. Muitas vezes esses colegas se unem ao superior hierárquico justamente por ter medo deles serem amanhã assediados. Outra modalidade é o assédio horizontal, entre colegas e não tem a participação do superior hierárquico. Por fim, há o assédio ascendente. Ocorre do subordinado para o superior hierárquico.

O que diz a Lei Brasileira sobre assédio moral? Há alguma previsão de que ele seja crime? A questão da legislação é algo extremamente tormentoso. No âmbito federal, referindo-se a Serviço Público, não há legislação específica prevendo assédio moral. No âmbito da iniciativa privada também não há. Existe um projeto de lei para se inserir o assédio moral na legislação trabalhista. A boa notícia é que em vários Estados do país há legislação específica tratando o assédio moral no âmbito da administração pública direta e indireta. Em 2009, o município de Vitória já tem a sua lei sobre assédio moral. No Estado existe um projeto de lei desde 2002 para ser votado e assim não foi. O Código Penal atual não tem previsão quanto ao assédio moral. A Lei 46/1994, a partir do artigo 220, traz ali mecanismos que você pode se utilizar para combater esse mal.

Quais as consequências para um agente público assediador, ocupante de cargo efetivo? É interessante que na lei municipal prevê desde uma advertência, passando por demissão, vai depender da gravidade do ato propriamente dito. Interessante ressaltar que o assédio moral

dentro da Administração Pública, diferente da iniciativa privada, ocorre muito por questões de poder. Na iniciativa privada ocorre por questões econômicas, da rivalidade, concorrência. É claro que a punição no Serviço Público pode chegar à demissão, mas o servidor tem o amplo direito de defesa, estabelecer o contraditório. O direito à ampla defesa é necessário até mesmo porque pode ficar caracterizado que não houve assédio. Às vezes a pessoa está sendo acusada da prática de assédio, mas na verdade pode ser invenção de quem está se dizendo assediado.

O assédio moral seria uma forma de abuso de poder? Notavelmente sim. Ele é caracterizado pelo abuso de poder. Com certeza.

Até onde vai a responsabilidade do Estado quando um agente público comete assédio moral? Eu defendo na minha obra essa questão da responsabilidade do Estado. Na minha ótica, a responsabilidade do Estado é objetiva. O que caracteriza isso? É um caso bem interessante. Eu tenho o agente assediador representante do Estado, e tenho o agente assediado também vinculado ao Estado. Se o Estado não fiscaliza essa situação, as consequências desse ato do agente assediador em face do assediado, uma vez que o assediado possa vir tomar cabíveis medidas legais, eu entendo que o assediado pode investir diretamente contra o Estado, para reivindicar os direitos que lhe sejam cabíveis, eventualmente um dano moral, um, dano material, ou se essa pessoa que pediu sua exoneração por não aguentar a carga, a pressão pelo assédio, ou foi demitida de uma forma injusta.

Como provar o assédio moral? Essa é uma das missões mais árduas que há para o assediado. Existem alguns elementos. Embora sendo muito difícil a prova, você pode gravar, filmar diretamente com seu interlocutor, fazer uma carta registrada endereçada ao agente assediador colocando ali os dias repetitivos que você vem sofrendo assédio, pedindo para que ele pare imediatamente. Mande uma carta registrada ao superior do seu superior relatando esse fato. Se a situação já chegar a um ponto crítico, pode-se anexar laudos médicos para demonstrar o nexo de causalidade do ato ilícito com o resultado dano, ocorrência policial dependendo do ponto em que a situação possa chegar, tipo ameaças. E-MAIL, bilhetes irônicos, testemunha também são utilizados.

FALA SERVIDOR

O SUBSÍDIO E A UNIÃO DAS CATEGORIAS

Preliminarmente, um dos maiores benefícios da proposta do subsídio seria a união de toda categoria o que por si só já é uma grande proeza. Permaneceríamos todos batalhando juntos pelo aumento de rubricas vinculadas ao subsídio assim como fazem os Juízes e membros do MP. E

por esta união seguramente existiriam facilidades nas vindouras negociações com o TJES/CNJ, pois a união decididamente faz a força! Os servidores novos e os que estão na carreira há mais tempo lutam para torná-la mais atraente e havendo a necessidade de união entre todos haveria a busca de um exclusivo objetivo. A vitória seria de todos, pois lutaríamos todos juntos. Evidentemente que os "burburinhos" desta alteração surgirão, é normal, principalmente sobre: as tabelas, os direitos, as dificuldades, tendo em vista a conjuntura atual, presidências atuais, e facilidade ou não de negociação com o TJES para ajustes orçamentários concepções e demais temas inerentes. Outra conveniência é que o subsídio pode ser debatido a qualquer tempo, não há problema, e isto nos força a parar e encontrar uma necessária harmonia para continuar as



lutas que devem ser discutidas entre toda a categoria, pois estaríamos todos no mesmo barco, e não haveria essa história de se "olhar apenas para nossos próprios umbigos" como temos visto excepcionalmente e invariavelmente acontecer em cada categoria separadamente. Evidente também que as promoções por mérito continuariam de

acordo com esforço de cada servidor no PCS. Com o subsídio, em tese, então não haveria perda financeira no salário porque mesmo quem não recebesse acima do limite da tabela, receberia uma "Parcela Complementar ao Subsídio" no (PCS). Eu não conheço nenhuma carreira que receba por subsídio que queira mudar atualmente a forma de remuneração! Sou da opinião que ainda temos que promover exaustivamente inúmeros debates, reuniões, seminários, fóruns, assembleias, analisar benefícios e as "handicaps", entre outros eventos, realizados pelos sindicatos para se inserir uma nova visão do tema no nosso PCS, e assim se chegar a um consenso. Mas, para isso, os servidores devem continuar procurando os sindicatos e mobilizar toda a categoria.

MOACYR M. CALMON
Oficial de Justiça

*A partir dessa edição o servidor sindicalizado poderá enviar seu artigo para ser publicado nesse espaço. Para tanto, é exigido um máximo de 2000 caracteres e uma foto em alta resolução para: imprensa.sindjud@gmail.com. O artigo deverá ser enviado até o dia 15 de cada mês. O envio do artigo não é garantia de que será publicado. O mesmo deverá passar pela avaliação da Diretoria de Comunicação, Imprensa e Divulgação.

NOTÍCIAS DO JURÍDICO

FUNDO DE PREVIDÊNCIA

Com o advento da Lei Complementar n.º 711/2013 (alterada pela Lei Complementar n.º 738/2013 e os atos normativos decorrentes: Decreto n.º 3395-R (Governo do Estado) e, mais recentemente, pelo Ato Normativo 28/2014 (TJES), muitas dúvidas surgiram sobre a adesão voluntária e a obrigatória no PREVES – Fundação de Previdência Complementar do Estado do Espírito Santo.

O servidor que ingressar no Serviço Público a partir do funcionamento da PREVES passará a contribuir obrigatoriamente para o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos (RPPS) com 11% sobre o teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), hoje fixado em R\$ 4.390,24, e não mais sobre o total de sua remuneração, como acontecia na regra anterior. Assim, pelo RPPS, o servidor passará a receber o valor do teto do RGPS quando se aposentar.

Se quiser receber acima desse valor deverá contribuir também para a Previdência Complementar. A complementação das aposentadorias, para aqueles que ganham acima do teto do RGPS, será realizada por meio da PREVES, que capitalizará os recursos responsáveis pelo pagamento das aposentadorias complementares. O servidor poderá contribuir para o regime

de previdência complementar, com a contrapartida paritária do Governo, até o limite de 8,5%.

Os benefícios (aposentadorias e pensões) a serem concedidos serão cobertos pelas contribuições do servidor e as do Estado por meio de seus Poderes, que serão investidas, e o seu resultado constituirá o patrimônio do servidor que será reajustado anualmente, de acordo com fórmula que será definida em regulamento do plano de benefícios previdenciários.

Esse modelo obrigatório para os futuros servidores é optativo para os atuais. E, a questão para estes é: Devo ou não aderir à Previdência Complementar? A resposta a essa indagação e que pode não responder a pergunta a contento é: TALVEZ.

Segundo alguns especialistas, a adesão ao novo sistema pode ser até mais vantajoso do que atual, de acordo com o valor da contribuição que o servidor estabelecer para o seu fundo (pode contribuir até 8,5%) e o sucesso das aplicações desses fundos ou do contrário, sem sucesso não é interessante.

Para tanto, dizem que o servidor deve ser um bom planejador dos seus recursos, pois o desconto agora não será mais compulsório, como atualmente,

e sim opcional. No final, ele terá uma aposentadoria correspondente ao seu saldo acumulado no fundo e, dessa forma, quanto mais contribuir, mais receberá ao passar à inatividade. Um princípio simples e que é o mesmo dos fundos de previdência complementar da iniciativa privada.

As desvantagens apontadas: o servidor não saberá qual o valor da complementação da sua aposentadoria (ela depende das aplicações); alguns estimam que a aposentadoria complementar (o saldo acumulado de cada servidor) acabe com cerca de 15 anos de inatividade, pois ela é fruto dos rendimentos acumulados pelas contribuições do servidor e, aí alguns especialistas acreditam que as reservas individuais acumuladas ao longa da vida não serão suficientes; teremos uma outra categoria de aposentados; a previdência complementar representa uma privatização da previdência, o fim da solidariedade entre os servidores e o fim da aposentadoria integral e da paridade.

Portanto, é muito difícil apontar qual será o melhor caminho uma vez que os fundos complementares são semelhantes a investimentos de risco e, é importante que o servidor reflita bem sobre optar ou não, pois a adesão é irratável.

APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

A Comissão Especial da Aposentadoria por Invalidez (PEC 170/12) realizou audiência pública no dia 19, às 14h30.

Foram convidados para o debate o ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho; o presidente da Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social (ANMP), Jarbas Simas; a presidente da Associação Nacional dos Servidores Ativos, Aposentados e Pensionistas do Serviço Público Federal (APSEF), Maria Cecília S. S. Landim; o presidente do Sindicato dos Servidores

do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis), Nilton Rodrigues; e o secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), Sérgio Ronaldo da Silva.

O relator da proposta, deputado Marçal Filho (PMDB-MS), que solicitou o debate, defendeu a aposentadoria única com proventos integrais. “Para que a isonomia a todos os aposentados por invalidez permanente se concretize, é fundamental que se acabe com aposentadoria

por invalidez permanente ‘com proventos proporcionais’ e ‘com proventos integrais’ e passe a existir apenas a aposentadoria por invalidez que garantirá proventos integrais ao servidor.”

Na opinião do parlamentar, é indispensável que as entidades de classe sejam ouvidas pela comissão antes do texto final ser votado. A PEC é de autoria da deputada Andreia Zito (PSDB-RJ). Após a audiência, os parlamentares terão reunião ordinária para votar requerimentos.

**SINDICATO A FAVOR
DA PEC 555/2006**

O SINDIJUDICIÁRIO/ES apóia a luta pela aprovação da PEC nº 555/06, que objetiva extinguir a aberração jurídica da cobrança da contribuição previdenciária dos servidores aposentados e pensionistas. Vamos todos entrar nessa luta!!!!

SINDIJUDICIÁRIO EM AÇÃO N



Marilândia/ES

Nos meses de janeiro e fevereiro, a Presidente do Sindijudiciário, Adda Maria Monteiro Lobato Machado e o Diretor de Imprensa e Divulgação, Wanderley José do Carmo, fizeram as primeiras viagens do ano de 2014. Acompanhados pela assistente social do Sindicato, representando a Diretoria de Saúde, Aposentados, Pensionistas e Previdência Social, a Suplente de Diretoria, Giovana Roriz, visitaram várias comarcas do Interior do Estado, verificando “in loco”, a realidade das comarcas visitadas.

Nessas oportunidades, puderam ouvir os trabalhadores do interior registrando as principais aflições desses colegas, com propósito de buscar soluções junto à Administração do Tribunal de Justiça do Estado.

Problemas elencados

A exemplo de outras viagens, durante as visitas, foram constatados diversos pro-



Marilândia/ES

blemas comuns a todos os locais visitados.

Vejamos: mobiliário/ locais/ equipamentos inadequados para a prestação dos serviços; colocando em risco servidores e usuários, falta de adequação ergonômica; excesso de calor; falta de ventilação natural; infiltrações; poeira excessiva; mofo; fungos (agravando assim a situação em ambientes já insalubres); péssimas condições laborais, excesso de processos somados à falta de pessoal gerando sobrecarga de trabalho, comprometendo a saúde e a qualidade de vida dos trabalhadores, pois, muitos servidores encontram-se à disposição em outras comarcas e até mesmo no Tribunal de Justiça.

Durante as visitas, nossos representantes também prestaram diversos esclarecimentos aos servidores. Entre outros assuntos, estiveram em pauta: data-base; criação do plano de carreiras; incorporação do risco de vida; fim do assédio moral; recuperação das perdas salariais; 30% de risco de vida para os que ainda não possuem (pensidade, insalubridade e periculosidade); remoção periódica; vistoria contínua dos espaços físicos dos fóruns; os reajustes recém publicados do Auxílio Alimentação e Auxílio Creche.

Em Marilândia, por exemplo, a Presidente do Sindicato, falou sobre recentes reuniões com a Presidência do Tribunal de



Baixo Guandú/ES



Itarana/ES

IAS COMARCAS DO INTERIOR



Ecoporanga/ES



Itaguaçu/ES

Justiça, o andamento das negociações a respeito das demandas da categoria elencadas em Assembleia Geral. Também foi informado aos sindicalizados a respeito da organização em breve, de um seminário sobre Previdência Complementar. O jurídico do Sindijudiciário está preparando ainda um documento com informações básicas para divulgação aos sindicalizados, sobre o que é, se é bom, os aspectos ruins a respeito da integralidade (o Espírito Santo é o terceiro Estado onde está sendo implantada a previdência complementar).

Em seguida foi dada a palavra aos trabalhadores que questionaram sobre o concurso de juiz, nomeação de Desembargadores, isonomia, Resolução 25/94 (que beneficiará os servidores de que se aposentaram 1998 a 2004).

Na oportunidade, foi realizada a eleição de Delegado e Sub-Delegado sindical da comarca. Como Delegada foi escolhida a servidora Camilli Catelan e o Sub-Delegado Aloir Drago.

A exemplo do ocorrido em Marilândia, na Comarca de Baixo Guandu, também foram dirimidas dúvidas dos servidores a



Itarana/ES



Itaguaçu/ES

pari e Presidente Kennedy.

Somente nesse início de ano, com essas viagens feitas pela Diretoria, foram realizadas 64 filiações ao Sindijudiciário.



Itaguaçu/ES

respeito das negociações com o Tribunal de Justiça e sobre mobilização do Sindicato em prol das demandas da categoria.

Entre o final do ano passado e esse ano ainda foram visitadas as Comarcas de Itapemirim, Marataízes, Anchieta, Guara-



COORDENADORA DE FÓRUM FALA SOBRE A CENTRAL DE APOIO MULTIDISCIPLINAR

Criada recentemente pelo TJES, a Central de Apoio Multidisciplinar trabalha com o auxílio de vários profissionais para auxiliar os magistrados a tomarem decisões em processos no Judiciário capixaba. A coordenadora do Fórum de Assistentes Sociais e Psicólogos do TJES, Ivy Campanha de Araújo fala um pouco sobre o funcionamento da central e problemas enfrentados.

O que é a Central de Apoio? Ela foi criada pela Resolução 066/2011 e a ideia seria reunir um grupo de profissionais formados por psicólogos e assistentes sociais, e atender os juízes nas Varas de Família e Violência Doméstica, isso nas centrais da capital. As outras centrais que são aproximadamente 12 no Estado inteiro, atendem as matérias de Família, Violência Doméstica e Infância e Juventude. Nós fazemos atendimentos, realizamos laudos, anexamos ao processo. Com base nesses laudos o juiz tem um outro olhar para tomar suas decisões, um olhar psicológico, um olhar social.

Quais as principais dificuldades encontradas pela Central? São tantas. A Central é uma inovação. Ela acaba sendo um auxílio para o juiz, mas também para a sociedade. Ela é um passo importante para o Tribunal de Justiça, em relação à prestação de um serviço mais digno à população. Como tudo que é novo, tem bastantes desafios. Um desafio importante é a própria sobrecarga de número de matérias, porque como a equipe é especializada, você tem que se especializar, estudar aquele assunto para oferecer o melhor possível dentro daquele assunto, só que acabamos com dificuldades para nos especializarmos, aprofundarmos, para criarmos outros programas que não sejam a produção de laudos. Ainda há várias outras varas também solicitando o nosso serviço, fora da resolução. Temos uma resolução norteando o nosso trabalho. Em várias centrais existe a questão séria do espaço físico. Hoje, por exemplo, a Central de Vitória, teve que sair do prédio onde funcionava, porque o local foi condenado pelo Corpo de Bombeiros, e eles não tem onde trabalhar. Algumas centrais do interior também não têm sala para atendimento. A de Vila Velha, fórum



"Nós somos psicólogos, vamos lá visitar uma família... ..você vai lá junto com o Assistente Social e não ganha risco de vida."

novo, não tem sala de atendimento. Vemos que o mundo jurídico não entende muito bem nossa atuação, porque não somos advogados, juízes ou promotores. Estamos em uma posição diferenciada, não tomamos decisões, não emitimos determinações. O nosso instrumento de trabalho é o atendimento. Acolhemos a parte, ouvimos a criança, brincamos com ela, produzimos avaliações sobre isso. Se não temos sala para atender, não há como trabalhar. Outro problema é a questão da distribuição geográfica. Cada central atende um número de regiões judiciárias. Por exemplo a Central de Cariacica atende os juízes de lá nas Varas de Família, e ainda, Marechal Floriano, Domingos Martins, Santa Maria de Jetibá e Santa Leopoldina nas matérias de Família, Violência Doméstica e Infância. A de Cachoeiro atende a

oito comarcas. A Central de Guarapari, atende a doze comarcas. Então, a pessoa além de trabalhar ali no seu setor atendendo a suas demandas, tem que se deslocar percorrendo 100 quilômetros, em um dia, sem receber diária. Se precisarmos dormir, só recebemos diária se o percurso for acima de 150 quilômetros.

Pode acontecer algum conflito de ao mesmo tempo o profissional acompanhar um procedimento em Cariacica e ser chamado em Domingos Martins por exemplo? Não acontece porque o jeito que nosso fluxo de trabalho é distribuído, não é pessoalizado. O juiz pede no processo, remete para a Central e determina que se faça uma intervenção. Nós vamos tentando organizar o trabalho de acordo com as urgências, porque tem a lei, os processos que envolvem por exemplo, medida protetiva contra a criança, criança que está com suspeita de abuso sexual, sob risco, esse processo tem uma urgência. Os conflitos que temos são de sobrecarga, por exemplo, um processo de guarda, o juiz de Cariacica me pede para realizar em trinta dias, mas eu já sei que não vou conseguir realizar em trinta dias porque tenho que ir na casa ouvir os familiares, ouvir a criança. Aí analiso e verifico que ainda não dá, que é necessário ouvir todos de novo. Esbarramos no problema de não ter carro suficiente. A ideia da central é interessante, mas na hora de operacionalizar, não tem pernas suficientes para atender tudo o que é demandado dela. Nós somos psicólogos, vamos lá visitar uma família, no interior do Estado, percorrer até cem quilômetros em um processo em que você vai dizer para um pai vai ter que tirar o filho dele, recolher e levar para o abrigo, para atendimento. Você vai lá junto com o Assistente Social e não ganha risco de vida. Então fazemos o atendimento conjunto, fazemos visita domiciliar conjunta, mas a Assistente Social recebe Risco de Vida e o Psicólogo não.

Nessas viagens quem vai? Depende do processo porque há casos em que atuamos em duplas. Se o juiz pede estudo psicossocial, ele quer um psicólogo e um assistente social. Se o juiz deixa em aberto e a Central entende que não é necessário, aí viajam o motorista e a psicóloga. Você

entra na casa da família para falar sobre problemas particulares, que às vezes tem o uso de álcool, violência, drogas, armas, entramos sozinhos na casa para conversar com a família. Entendemos que é uma questão de desigualdade e injustiça muito grande. Outra questão é que nessas visitas, principalmente no trabalho da Central nas comarcas integrantes, é que os fóruns onde atendemos, não têm local para atender. Fazemos a visita na casa da família, conversamos um pouco, só que depois precisamos atendê-la na privacidade de uma sala, para conversar sobre o abuso, o relacionamento conjugal, e não temos esse espaço. Às vezes usamos a sala do cartório, pedimos para servidores darem licença, alguns gostam outros não.

Já existiu alguma situação de precisar fazer o uso da força policial nessas intervenções? A gente ameaça só. Ameaça recebemos sempre do tipo: “Olha dona, se acontecer alguma coisa tipo meu filho for tirado, isso não vai ficar assim não”..., ou “Mas você veio sozinha?”... mas já aconteceram situações do tipo eu precisar ameaçar chamar alguém se a pessoa continuasse a fazer o que estava fazendo. Eu penso será que vão esperar acontecer alguma coisa séria para começar a pagar o risco de vida para os psicólogos?

A falta do risco de vida é um problema antigo então? O presidente anterior colocou claramente que reconhece que é legítimo. Nós temos um documento por escrito de alguma forma ele legitimando nosso pedido, só não há provimento legal.

Quantas pessoas trabalham nas centrais? Em Cariacica são nove, em Vitória oito. A proporção de Psicólogo para Assistente Social é mais ou menos 30% de Psicólogo e 70% de Assistente Social. Em todas tem um pouco mais que o dobro de assistentes sociais em relação ao número de psicólogos. Isso sem contar que algumas centrais nem tem psicólogos. A Central de Barra de São Francisco, por exemplo, tem uma pessoa trabalhando.

O que você gostaria de falar para finalizar? Gostaria de dizer que nós precisamos muito do sindicato. Esperamos essa parceria com o Sindicato, porque a atuação da Central é uma atuação bonita, que tem algo a oferecer tanto para o Judiciário quanto para a sociedade e os profissionais precisam se sentir apoiados. Ficamos felizes quanto o sindicato ligou e chamou para conversar.

PROFISSÃO PERIGO

No dia 26/02/2014 uma Oficiala de Justiça da Comarca de Vila Velha, teve seu carro alvejado por tiros enquanto cumpria Mandados no Bairro Morada da Barra em Vila Velha.

A Diretoria do SINDIJUDICIÁRIO, ao tomar conhecimento dos fatos ocorridos, esteve na Comarca de Vila Velha em reunião para ouvir a Oficiala de Justiça, bem como todos os Oficiais de Justiça daquela Comarca, a fim de tomar as providências cabíveis.

Sabe-se que a região encontra-se numa “Guerra por brigas de territórios, o que vem fazendo vítimas e deixando toda Comunidade em clima de total insegurança”.

O caso expõe o nível de vulnerabilidade dos profissionais ao perigo diário de se depararem com pessoas agressivas e situações de conflito iminente.

Levantamos a questão quanto à segurança dos servidores que, diariamente, pela natureza de sua função, são obrigados a enfrentar estas situações de risco no cumprimento das ordens e determinações judiciais.

Como ficam os trabalhadores que enfrentam diariamente risco de morte? Suas famílias? Qual a resposta que o Judiciário e o Estado tem para toda a problemática que vem se arrastando há anos, em que Oficiais de Justiça

sofrem ameaças, são expulsos de sua área de trabalho, tem seus carros roubados ou “metralhados” e por muitas vezes são obrigados a se mudar com toda sua família por ameaças de morte recebidas na sua Comarca de origem? Qual a garantia de segurança que receberão, para continuarem a executar suas atividades funcionais a serviço do Estado e da Justiça? Quem suporta os prejuízos psicológicos e materiais de tais atos violentos é o próprio servidor. Até quando?

O SINDIJUDICIÁRIO, sensível a todos os problemas vivenciados pelos servidores, dará encaminhamento a todas as situações de violência sofridas durante o exercício da função, tão logo tome ciência dos fatos, notificando aos Órgãos Competentes.

Paralelamente, realizaremos um estudo técnico nas Comarcas do Estado para nos subsidiar nas ações que serão implementadas pelo SINDIJUDICIÁRIO.

Solicitamos então que os servidores do Judiciário nos comuniquem imediatamente na ocorrência de quaisquer atos de violência, ou qualquer outra informação pertinente, através do e-mail presidencia.sindjud@gmail.com ou pelo telefone (27) 3357-5000/3357-5002/3357-5014.

Gilceia Marins Marcelino
Diretora Administrativa e Finanças



GENTE QUE FAZ

PERSONAGEM: AYLTON BORGES OFICIAL DE JUSTIÇA APOSENTADO

A partir dessa edição o Jornal do Sindijudiciário trará um servidor sindicalizado do Judiciário, que se destaque por ter alguma habilidade especial, saiba fazer algo de incomum, ou desenvolva algum tipo de trabalho extra-função.

Conversamos com o Oficial de Justiça aposentado, Aylton Borges, de 82 anos, que desde muito jovem é músico e toca bandolim. Aylton já tocou com vários nomes da música capixaba e até nacional, tais como Maurício de Oliveira e Cartola.

Há quanto tempo o senhor está aposentado? Estou com 22 anos de aposentado.

O Senhor tem saudade da época em que era Oficial de Justiça? Muita saudade porque tudo o que eu fiz na minha vida foi com muito amor. Fui para o Rio servir o Exército, quando voltei, entrei na Justiça. Fiquei um ano e dez dias no Rio de Janeiro servindo o Exército, quando retornei para Vitória, trouxe uma carta de recomendação do coronel. Foi quando entrei na Justiça e fiquei 39 anos.

Como nasceu essa veia artística, essa vontade de tocar? Desde garotinho, porque minha mãe tocava bandolim. Eu a via tocando aquelas valsas antigas, aquilo ali ficou no meu ouvido e eu acabei tocando

bandolim também. Da mãe passou para o filho. Hoje em dia, modéstia à parte, eu sou um dos bandolins que tem o maior repertório. Eu comprei muitos discos de Jacó, esses discos de bandolins todos do Brasil eu comprei. Eu tenho mais ou menos uns seiscentos ou setecentos LP's (Long Plays) em casa, só de choro e valsa.

O “tocar bandolim”, isso te satisfaz? Nossa Senhora... a minha vida é esse bandolim. Me sinto realizado mesmo. Quando eu estou meio zangado eu pego o bandolim e toco, aí eu me acalmo. Eu aprendi uma música que foi o próprio Cartola quem me ensinou. A música era para a filha dele, que queria sumir no mundo, mas ele dizia: “Não... ainda é cedo amor...”. Ele fez essa música linda, cheia de harmonia bonita. Ela não deveria sair de casa, porque ela era muito nova.

Gostaríamos que o senhor contasse como foi tocar com Maurício de Oliveira, Aquiles Siqueira, Pedro Denizarth. O Pedro Denizarth já tocava. Nós saímos daqui e fomos lá em Jacarepaguá tocar na frente da casa de Jacó do Bandolim, ficamos lá umas três horas e juntou gente “pra chuchu”. Depois Maurício mandou um professor da escola deles ver quem era o rapaz que estava tocando bandolim, aí era eu. Maurício me chamou e fiquei cinco anos com ele tocando. Aí fomos

para Brasília, Rio de Janeiro, viajamos o Estado todo e o país quase todo. Aquiles Siqueira, nós tocávamos porque ele estava no conjunto também. A gente tocava fora, de vez em quando ele me chamava para fazer show, mas ele estava também no Regional de Maurício de Oliveira. Ele já estava lá quando eu cheguei. Tocava cavaquinho. Sempre muito bom, mas depois ele saiu porque ficou com ciúme de mim. Maurício deixava eu solar muito.

Conte mais um pouco sobre a sua história. Minha história é a seguinte: eu comecei, porque meu pai tinha uma casa de comércio na Ilha das Caieiras. Eu nasci ali no dia 20 de setembro de 1931. Eu trabalhei muito com meu pai, trabalhei na roça, com pescaria, esses pesqueiros todos de Vitória eu conheço. Depois fui para o Rio servir o Exército, fiquei um ano e dez dias e depois retornei para Vitória, entrei na Justiça e estou aposentado há 22 anos. A Justiça que eu entrei era uma. Hoje é diferente.

Gostaríamos que o senhor falasse um pouco sobre como vê a situação do aposentado do Judiciário hoje. Para mim foi bom. Eu tinha muitas vantagens. Hoje eles não têm. A única coisa de novidade é gasolina para o automóvel, mas na minha época, nos morros, não tinha estrada para automóvel. Tinha que subir à pé mesmo. Quando eu comecei a trabalhar só tinha comarca em Vitória. Os crimes do interior eram julgados todos na Capital. Hoje precisa-se pensar para aposentar, porque senão vai ter muito prejuízo. Começando pela previdência. A Constituição dizia que você pagava à Previdência para quando você aposentar, usufruir daquilo que pagou. Hoje você está pagando de novo!

E precatório? O que o senhor acha? Vão ser pagos? Eu acho que não sei isso não. Porque eu tenho um “trocado bom” de 11,98%, o Tribunal não tem dinheiro para pagar. Quanto mais precatório que é muito dinheiro. Com esse negócio de recorre aqui, vai para o Supremo, volta, o advogado sempre entrando com uma petiçãozinha para procrastinar o feito... fica nesse negócio aí. Não acredito que pague.



REUNIÃO DE APOSENTADOS

Como iniciativa da Diretoria de Saúde, Previdência Social, Aposentados e Pensionistas, que tem como titular o Diretor Marcos Fabre, o Sindijudiciário realizou no dia 21 de fevereiro, no Auditório da Corregedoria Geral de Justiça, na Enseada do Suá, uma reunião com Aposentados, Pensionistas e servidores com intenção de se aposentarem, para esclarecer alguns pontos de interesse, entre os quais, precatórios da trimestralidade, contribuições previdenciárias dos aposentados, direitos e benefícios dos aposentados, qualidade de vida na terceira idade, IPAJM, integração e diagnóstico de necessidades para estruturação de Programas para os Aposentados e Pensionistas.

Além do referido Diretor, estiveram presentes a Presidente do Sindijudiciário, Adda Maria Monteiro Lobato Machado, o Diretor de Comunicação, Imprensa e Divulgação, Wanderley José do Carmo, o qual fez a abertura simbólica do evento, e o Diretor de Assuntos Jurídicos, Altamir Rodrigues Xavier Júnior.

A participação superou expectativas. O evento começou com as boas vindas da Diretoria aos presentes e, em seguida, a assessora jurídica do Sindicato, Mônica Perin falou sobre a “Lei do Gatilho” ou trimestralidade fazendo um histórico sobre os polêmicos precatórios. “Fizemos a defesa desse processo. O TJES entendia que a tese do Estado era a verdadeira. Perdemos e recorremos. Fomos em todos os gabinetes dos ministros. O governador chegou a despachar com o Ministro Gilson Dipp”, afirmou.

A advogada disse que o Sindicato faz intervenções para negociar o pagamento dos precatórios desde a época em que o Deputado Federal Lelo Coimbra era governador do Estado. “Tramita no STJ o processo para pagamento de precatórios dos Procuradores do Estado. Esse processo está para voltar, o que vai ser uma vitória

enorme para nós. Vai abrir precedentes. O referido processo está no STJ esperando o voto do ministro Benedito para seguir para a pauta. Estamos acreditando que seguirá para o STF”, disse.

Mônica ainda falou sobre o processo da devolução da contribuição previdenciária dos aposentados. “O IPAJM segurou esse processo tempo demais”. Ela informou que está na pauta de discussão do Sindicato com o TJES, para que o Tribunal de Justiça reconheça os pensionistas e aposentados como responsabilidade dele.

Quanto à Resolução 025/94, a advogada informou que é pleito do Sindicato, que a mesma seja estendida a todos, inclusive aos aposentados. “Vários proble-

mas que existem hoje são decorrentes da falta de plano de carreira durante anos”, afirmou.

Mônica finalizou com a notícia de que o Sindicato está requerendo ao Tribunal a concessão aos aposentados, de Auxílio Remédio em substituição ao Auxílio Alimentação (o que não é previsto em lei).

A assistente social do Sindicato, Suely Sandoval, falou sobre Qualidade de Vida. Uma folha em branco foi passada aos participantes para que escrevessem o que gostariam que fosse abordado pelo Sindicato nos próximos encontros, o que gostariam que fosse pleiteado juntamente ao TJES. Ao final foi exibido um vídeo para reflexão.

LEVANTAMENTO DE PRIORIDADES REALIZADO NA REUNIÃO DOS APOSENTADOS

IDADE

Menos de 60 anos: 10 pessoas

60 a 64 anos: 14 pessoas

65 a 69 anos: 10 pessoas

70 a 74 anos: 5 pessoas

75 a 79 anos: 04 pessoas

80 a 90 anos: 05 pessoas

Total respondido: 52 pessoas

31 mulheres e 34 homens

AS 10 PRIORIDADES

Auxílio Remédio: 26

Precatório (pagamentos aos mais idosos/prioridade): 22

Auxílio Alimentação: 19

Auxílio Saúde para dependentes: 19

Aumento do pagamento dos 11,98% e/ou

pagamento integral para os aposentados: 18

Turismo (lazer, atividades sociais e encontros): 07

Incorporação ao salário do Risco de vida para todos: 06

Isonomia de pagamento da previdência após aposentadoria: 04

Pagamento de todos os direitos após a aposentadoria: 03

Isonomia: 02

DEMAIS PRIORIDADES

- Permanência dos 30% para Oficiais de Justiça
- Incorporação 11/99
- Maior Interstício
- Os 40% que está no Supremo dos Escrivães
- Devolução do pagamento de contribuição do IPAJM
- Data Base
- Índice de Reajuste
- Divulgação do valor real da ATS
- PEC 190 com todos os direitos
- Criação de cursos
- Maior celeridade quanto ao pagamento de substituição do Chefe de Secretaria
- Igualar o salário de quem aposentou proporcional
- Incorporação do vale alimentação ao salário
- Correção da tabela para auxiliares judiciários
- Concessão do benefício previsto no art. 1º, inciso IV da Lei 8.988 de 94
- No IPAJM haver uma divisão de pedidos para dar maior celeridade aos processos
- Reajuste salarial de acordo com a realidade

OBSERVAÇÕES

Aposentada mais de 10 anos: 01

Depende de muitos remédios: 01



MANIFESTO PELA VALORIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

As entidades signatárias estão mais uma vez nas ruas (26/02/2014) para alertar a população capixaba sobre o caos nos serviços públicos que vem se agravando há anos, fruto do descaso dos governantes e da corrupção capitaneada pelo crime organizado entranhando nas esferas de poder. A política de sucateamento e desmoralização dos Serviços Públicos adotada pelo Espírito Santo e no Brasil tem por objetivo de transferir bilhões de recursos para os empresários que financiam as campanhas eleitorais, através de terceirizações, parcerias público-privadas e isenções fiscais.

A Saúde Pública pede socorro! É revoltante para qualquer contribuinte ver pessoas, dentre elas, crianças e idosos, morrendo em corredores de hospitais por falta de atendimento, de remédios, de leitos e, principalmente, por falta de valorização de seus profissionais, comprometendo um serviço essencial à vida.

Na educação, a realidade não é diferente. Constatam-se escolas em condições precárias desde as instalações físicas até a qualidade do ensino que não visa à formação para a vida, mas sim mão de obra barata para os patrões. Profissionais são contratados por designação tempo-

rária, burlando a lei do concurso público. É lamentável famílias dependerem de sorteios para que suas crianças tenham acesso à creche e à Educação Infantil. A consequência deste modelo educacional é o aumento da violência e da criminalidade.

Sobre a mobilidade nas cidades, o transporte coletivo é caro, de baixa qualidade e limitado apenas aos ônibus. São negadas à população, opções como ciclovias ou mesmo transporte aquaviário. O Planejamento Urbano está a serviço da especulação imobiliária e não para a qualidade de vida do cidadão.

Além disso, os trabalhadores e as trabalhadoras do serviço público têm enfrentado péssimas condições de trabalho, baixos salários e perdas salariais que tem se acumulado ao longo dos anos, o que tem reduzido significativamente o seu poder de compra, piorando suas

condições de vida e trabalho. Neste momento, os Servidores Públicos Estaduais, reafirmaram sua pauta de reivindicação unificada, encaminhada ao Governo do Estado há vários anos, mas que tem sido ignorada reiteradamente: 1 – Data-base unificada para o funcionalismo público com reposição anual da inflação; 2 – Atualização do valor do auxílio-alimentação e concessão a todos os servidores públicos; 3 – Regulamentação e concessão do auxílio-creche; 4 – Revisão dos Planos de Carreiras; 5 – Adicional de Insalubridade para todos os servidores.

Um serviço público de boa qualidade necessita de investimento em infraestrutura, de condições de trabalho e de um bom atendimento à população, o que só é possível, com profissionais motivados, bem remunerados e com formação permanente.

CHEGA DE NEGOCIATAS! SERVIÇOS PÚBLICOS NÃO SÃO MERCADORIAS!

Fórum em defesa do serviço público de qualidade: SINDIPÚBLICOS – SINDIBANCÁRIOS – SIND-SAÚDEPREV – SINDIENFERMEIROS – SINTUFES – SINDIPOL – SINDPD – SINDILEGIS – SINDIJUDICIÁRIO – SINDAEMA – SUPORT – ASSIN – ASSIEMA – AFIDAF – ADUFES – ASSERDES – ADERTES – ALICERCE – ASSEDIO – ASSIOPE – ASPEN – ASERVI – ASSOCEASA – MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES ES – FÓRUM CAPIXABA EM DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA – MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES (MPA) – MOVIMENTO DOS TRABALHADOS SEM TERRA (MST) – LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE

SÍNDROME DE BORDERLINE

O QUE É: Síndrome de Borderline, ou transtorno de personalidade Limítrofe, é uma grave doença psicológica. Os doentes vivem no limite entre a normalidade e os surtos psicóticos. As dificuldades para se relacionar, oscilações de humor e impulsividade são algumas características da doença. Ela é frequentemente confundida com esquizofrenia ou transtorno bipolar, mas possui características diferentes, como a duração e intensidade das emoções.

SINTOMAS: Os sintomas podem ser oscilações de humor, agressividade, irritabilidade, depressão, automutilação, comportamentos suicidas, medo de abandono, dificuldade em lidar com as emoções, mudanças de planos profissionais e nos círculos de amizade, impulsividade e baixa autoestima.

Diagnóstico: O diagnóstico é feito através de características do transtorno, observadas por um psicólogo ou psiquiatra, e por experiências relatadas pelo indivíduo. É importante fazer exames fisiológicos, como hemograma e sorologia, para a exclusão de outras doenças. O diagnóstico pode ser longo e complexo.

Tratamento: O tratamento é feito com a combinação de medicamentos e acompanhamento psicológico. Os medicamentos usados com mais frequência no tratamento incluem anti-depressivos, estabilizadores de humor e tranquilizantes. A psicoterapia é o principal tratamento utilizado, porém requer paciência e força de vontade do paciente. Não tem cura, porém o tratamento ajuda a diminuir as crises de personalidade na doença.

Dr. Arthur Frazão (Médico)

Fonte: <http://www.tuasaude.com/sindrome-de-borderline/>



Venha passar um dia na sede social e saborear os mais variados drinks, coquetéis e deliciosas opções de almoços e petiscos para você, sua família e amigos.

Funcionamos aos **sábados** e **domingos** das 09:00h às 16:00h

www.paraisosocialclube.com.br

SIND JUDICIÁRIO
CAIXA

Encomendas e informações:
(27) 9.9574.9582